

O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional — elementos para uma análise da ecologia da interpersoalidade

Paula Cristina Martins¹

pcmartins@iec.uminho.pt

As dinâmicas interpessoais devem ser compreendidas em contexto, nas suas dimensões materiais e simbólicas, estruturais e conjunturais. Daqui decorre a importância de, no que se refere às instituições de acolhimento de crianças, se conhecer o seu funcionamento interno e a sua relação significativa com o meio circundante. O carácter construtivo da interpersoalidade na infância justifica a centralidade desta dimensão, com particular acuidade em contexto institucional, requerendo uma atenção cuidada e uma organização estratégica.

1. A ecologia das relações interpessoais em contexto institucional

Quando falamos em relações interpessoais, frequentemente tendemos a focar-nos excessiva ou estritamente nas dinâmicas relacionais propriamente ditas, sejam elas entre adultos, entre crianças ou entre adultos e crianças. Ao fazê-lo, ignoramos que a compreensão deste fenómeno, particularmente em contexto institucional, requer, para além de uma análise intensiva, um olhar extensivo sobre a sua ecologia, isto é, sobre os factores que, directa e indirectamente, próxima e remotamente, o condicionam e explicam.

Na verdade, se as instituições em si próprias — e em particular as instituições de acolhimento — se pretendem cada vez mais envolvidas no tecido social e comunitário em que se inserem, também as suas dinâmicas devem ser entendidas no quadro dos contextos mais vastos em que se incluem e nos quais participam. Assim acontece com as relações interpessoais no seio institucional. De facto, há um conjunto de condições de ordem estrutural e dinâmica, material e psicológica, de factores que exercem a sua influência de forma imediata ou mediada, próximos ou distanciados, e que configuram as dinâmicas relacionais.

Concretizemos algumas destas influências:

¹ Professora Auxiliar no Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho

- ▶ a localização física das instituições, a sua distância objectiva e o acesso relativamente aos serviços, recursos e ao conjunto da comunidade em geral, condicionam a qualidade e a frequência dos contactos e trocas que estabelecem com o meio envolvente. O isolamento que ainda caracteriza muitas das instituições constitui um factor de restrição da diversidade de experiências disponíveis para as crianças em regime institucional.
- ▶ A aparência externa das instituições projecta uma imagem sobre o meio envolvente, condicionando os olhares que com que são olhadas e, em consequência, as atitudes e disponibilidades dos interlocutores.
- ▶ A organização dos espaços interiores, o nº, a dimensão e a funcionalidade dos compartimentos, assim como as regras da sua utilização condicionam fortemente as dinâmicas interpessoais no seio das instituições.
- ▶ Os critérios e procedimentos de ordem funcional, as práticas instituídas, as regras gerais de funcionamento, são igualmente decisivos.

A título de exemplo, refira-se o nº de utentes das instituições para crianças e jovens – se 12 crianças, 60 ou 100 – o género da população admitida, o leque etário das crianças acolhidas – se 0-6, 12-18 ou 0-18 – as problemáticas das crianças – NEE, problemas mentais e de comportamento – são, entre outras, condições de absoluta relevância.

- ▶ Do mesmo modo, as concepções que as instituições e os seus intervenientes têm do seu papel e intervenção, os modelos de actuação que perfilham, os objectivos que definem, as práticas que estatuem, consentem ou legitimam, são aspectos de extrema importância na configuração das dinâmicas relacionais no seio institucional.
- ▶ A dimensão e a composição das equipas de trabalho, com implicações no *ratio* utente-profissional, o clima e a satisfação no trabalho, a extensão da participação dos profissionais na vida da instituição, a sua formação, os processos e critérios de recrutamento e de selecção, são dimensões que a investigação provou serem determinantes das relações interpessoais e, em última análise, da qualidade do atendimento prestado e, portanto, das próprias instituições.

- ▶ Os moldes de relacionamento permitidos e activamente promovidos pelas instituições em relação às famílias da população-utente, as trocas estabelecidas entre as instituições e a comunidade envolvente, o carácter activo-passivo das relações quotidianas, a capacidade de articulação e coordenação das suas intervenções com outras entidades e pessoas relevantes, todos estes factores são fortemente explicativos da construção das relações e do desenvolvimento interpessoal no âmbito das instituições.

Qualquer dimensão institucional é, pelo exposto, susceptível de ser analisada do ponto de vista da qualidade relacional que traduz, dentro e fora das suas paredes. A partir do estudo destes elementos, é ainda possível avaliar o grau de intencionalidade ou orientação estratégica da sua acção.

Na verdade, a qualidade das relações interpessoais reveste-se de importância acrescida quando se trata de crianças e jovens. De facto, não constitui apenas uma dimensão da qualidade de vida e do bem-estar actual dos menores, mas é também um vector de construção do seu desenvolvimento, portanto, um factor prospectivo com impacto ao nível da sua organização psíquica e sócio-afectiva.

Admitido o carácter construtivo das relações interpessoais na infância e adolescência, gostaria de salientar uma faceta da sua relevância desenvolvimental, nomeadamente o papel que a interessoalidade tem no desenvolvimento da identidade.

2. Interessoalidade e Identidade

A instância de definição da criança como pessoa, o seu referencial identitário, de organização psíquica, é o outro. Mas não é um qualquer outro. Não é um outro abstracto, alheio ou indiferente. Pelo contrário, é um outro diferente porque é sujeito e objecto de reconhecimento, é o outro próximo e significativo, investido pelo afecto, é o outro relativo, o outro para si. É na relação com estes outros que a criança vai colhendo informações sobre quem é, construindo um conhecimento negociado, mais ou menos implícito sobre si própria, compreendendo-se a partir da relação.

Os olhares dos outros com vista para os olhos da criança (Sá, 1995b, p. 80) funcionam como espelhos. Olhares múltiplos e plurais, de diferentes pessoas,

inevitavelmente contrastantes e mesmo contraditórios, parciais, devolvem à criança imagens diversas, desconexas, por vezes mesmo distorcidas.

Formar um sentido de si integrado e coerente entre tantas imagens projectadas pela variedade de relações que a criança entretém com o mundo à sua volta, requer a presença e a orientação de um ou mais olhares significativos que restaurem a integridade da sua imagem, que assegurem a sua unidade e constância, que garantam a sua coesão e continuidade. Porque é assim que se constrói a identidade, face ao espelho destes olhares imprescindíveis que, no diálogo do vivido, permitem a construção interpessoal de uma verdade essencial sobre a criança (Martins, 2001a). A personalidade de cada um, o *self*, o núcleo organizador da sua identidade, tem assim uma textura relacional, é construída no contexto de relações fundadoras, necessariamente **contínuas, duradoiras**, investidas de **significado pessoal** para as partes envolvidas e **significantes**, ou seja, que contenham em si uma promessa implícita de futuro, que envolvam um sentido de valor próprio e sejam portadoras de sentido.

Esta verdade relacional, este olhar partilhado por quem reconhece a criança e é por ela reconhecido, é progressivamente apropriado, recriado e transformado, interiorizando-se. Então a imagem vai-se libertando do espelho enquanto a criança a inscreve dentro de si.

O que acontece frequentemente nos percursos vivenciais das crianças e jovens que são objecto de medidas de acolhimento institucional, em particular, é a falta, a perda ou a distorção destes olhares organizadores. Simultaneamente, estas crianças são submetidas a uma pluralidade de olhares descomprometidos — pense-se na variedade de estranhos com que contactam e de intromissões ou acções invasivas que sofrem — olhares que não permitem conhecer porque não se reconhecem mutuamente, que não engendram cumplicidades, e por isso, em vez de revelar ou confirmar a sua identidade, contribuem para a expor e fragmentar.

Nas palavras da directora de um centro de acolhimento temporário,

“O que é que falha numa instituição? É o olhar único que uma mãe dirige ao seu filho ou aos seus filhos, são olhares únicos”

(Martins, 2004, p. 451)

E são estes olhares — geralmente da mãe, mas não necessariamente — que geram o sentido de valor pessoal, por um lado, e de pertença, de tal forma indissociável da identidade pessoal, que, nas palavras de Cyrulnik (2000), “*não pertencer a ninguém é tornar-se ninguém*” (p.85).

Uma criança sem pertença sentida e reconhecida fica à margem das estruturas e circuitos sociais institucionalizados que lhe permitem estabelecer trocas afectivas e vincular-se. A falta ou desorganização das interacções quotidianas, estruturantes da representação do mundo e da personalidade, condicionam um sentimento de fluidez e desorientação pessoal e social; a criança, sem referências consistentes, fora dos percursos definidos e normalmente prescritos para o crescimento, experimenta a pontualidade da sua existência, sente-se perdida e desvinculada de si e dos outros, só, porque abandonada — portanto em risco, intrapessoal, interpessoal e social mais alargado.

3. A ambivalência e complexidade relacional nos contextos institucionais

O acolhimento institucional acresce e multiplica o carácter paradoxal das vivências destes menores. Se se trata de um arranjo legalmente legítimo e socialmente necessário, não pode iludir a sua complexidade do ponto de vista psicológico, e em particular, relacional.

Devem aqui ser equacionadas as relações das crianças e jovens acolhidos com

- os adultos da instituição
- os seus familiares próprios
- as outras crianças e jovens também em regime de acolhimento
- o meio envolvente da instituição em que participam

► **Os adultos que trabalham na instituição** — técnicos e demais colaboradores — são investidos de um papel parental por determinação jurídica/administrativa e atribuição das suas competências profissionais. É uma tarefa racional, planificada, em que o afecto impresso na relação paterno-filial está ausente, e cujo desenvolvimento é sujeito a restrições. A disponibilidade e o envolvimento do adulto — vectores cruciais do estabelecimento e manutenção de padrões recíprocos de interacção e de vinculação emocional progressivamente mais

complexos — são, por razões de ordem afectiva e pragmática, pessoal e contextual, claramente distintos no quadro das relações informais e das instituições. Trata-se de uma relação contratualizada, que não cumpre os requisitos das relações que *fazem crescer*, no dizer de Bronfenbrenner (2002), fortes, mútuas, a longo prazo e irracionais-emocionais. Por outras palavras, o contexto institucional não é o espaço onde se geram as relações caracterizadas pela mobilização de afectos profundos, com envolvimento em trocas recíprocas altamente gratificantes, que engendram imagens positivas e sobrevalorizadas das partes e portadoras de altas expectativas que transfiguram o presente e projectam o futuro – uma dinâmica afectivo-relacional indispensável à motivação persistente e à atenção preferencial à criança. Pelo contrário, os profissionais chegam mesmo a exprimir reservas sobre o seu envolvimento em relações de proximidade com as crianças acolhidas, muitas vezes inevitável, mas indesejado, receando a repetição traumática da separação, terminado o período de acolhimento (Martins, 2004).

Muitos são os relatos de diálogos e atitudes de crianças que, nas palavras de Eduardo Sá (1995a), *ávidas de pais*, questionam insistentemente os adultos, procurando estabelecer/negociar vínculos privilegiados. As respostas dos profissionais são no sentido de adequar as suas expectativas à realidade, procurando enquadrar devidamente a relação.

Na prática, é negada à criança a satisfação da necessidade de investir psiquicamente numa figura de vinculação, de construir uma relação onde se possa projectar e pensar. No fundo, são assegurados um afecto e uma disponibilidade *em serviço*, racionais e racionalizados, sem relações de pertença. Procurando evitar a fragmentação e a sucessão de rupturas relacionais dos miúdos, estes adultos suspendem a possibilidade e defendem-se do investimento afectivo da criança, tão necessário à sua sobrevivência psíquica e ao seu desenvolvimento. Oferecem-se como modelos de referência assépticos, que se pretendem profissionalmente envolvidos e pessoalmente descomprometidos (Martins, 2001b).

► No que se refere às relações com a **família**, o recurso, antes tão frequente, aos conceitos de privação materna ou de separação não parece actualmente útil à compreensão, explicação e, sobretudo, à intervenção dos profissionais das

instituições, pelo que tem sido amplamente criticado e desvalorizado. Tanto a privação como a separação constituem designações equívocas, susceptíveis de categorizarem em condição idêntica uma pluralidade de experiências/vivências das crianças. Na verdade, os casos de afastamento ou de ausência da mãe não são, geralmente, acontecimentos isolados ou isoláveis, tendendo a associar uma variedade de situações cambiantes, potencialmente disruptivas como conflitos familiares, a perda de um dos pais, a alteração das rotinas, a mudanças para ambientes estranhos, etc.

Na verdade, até há bem pouco tempo, as relações familiares das crianças em colocação institucional têm recebido uma atenção quase estritamente focalizada na figura materna, quando muito, incluindo o pai. Todavia, sabe-se que a rede mais alargada de familiares e amigos se reveste de uma grande importância funcionando como estrutura de apoio quando as crianças/jovens deixam os cuidados residenciais. A família extensa e, em especial, as avós, têm revelado um grande potencial de influência sobre as vidas dos menores nesta situação, desempenhando um papel importante na modelação de padrões de relacionamento familiar.

Também as relações das crianças que estão em regime de colocação com os irmãos não têm sido muito estudadas, apesar do conhecimento de facto de que uma elevada percentagem tem irmãos e irmãs, alguns dos quais também colocados fora do contexto familiar. Apesar de tudo, a prática das colocações é sensível à necessidade de contacto regular entre os membros das fratrias, procurando, sempre que possível, juntar os irmãos na mesma colocação, como uma forma de prevenção de resultados negativos para as crianças. Estes laços afectivos funcionam como rede de suporte, preservando o sentimento de pertença destas crianças e ajudando-as a partilhar a adversidade (Parker *et al.*, 1991).

► Um aspecto relativamente negligenciado pelos profissionais neste domínio é o das **relações de pares**, cuja importância assume máxima expressão na adolescência, devendo, por isso, ser deliberadamente encorajadas, conforme o benefício que se entender proporcionarem (Parker *et al.*, *op. cit.*).

Se o grupo de pares desempenha um papel importante na integração institucional das crianças e na sua adesão às rotinas e à disciplina propostas por

estas estruturas, proporcionando experiências promotoras do seu desenvolvimento social, a integração e convivência de cada criança num grupo de outras com idades semelhantes à sua, cuja composição é relativamente instável, permanece um aspecto problemático.

► Por último, as **experiências no exterior** da instituição e o conhecimento do mundo continuam a ser relativamente mais limitados nas crianças em regime de colocação institucional do que em meio natural de vida, limitando conseqüentemente o leque das suas relações fora da instituição.

Em jeito de síntese conclusiva...

Longe de visões simplistas e parciais que constroem imagens de idealização do espaço familiar e de demonização dos contextos institucionais, o foco de equação deve ser sempre a qualidade das relações estabelecidas entre a criança e o contexto em que se desenvolve — qualquer que seja este contexto, a família ou a instituição — assim como a medida em que este responde às suas necessidades.

O que está em causa é a construção de relações estáveis, contínuas, que tenham significado pessoal para as partes envolvidas e funcionem como referência ou organizador da compreensão que o menor tem do mundo envolvente.

Entende-se, por isso, a importância de conhecer os núcleos de funcionamento familiar e as redes interpessoais de apoio próprias das culturas de onde as crianças são oriundas. A manutenção de redes de relações próximas e duradouras constitui um resultado importante da prestação de cuidados extra-familiares a crianças e jovens.

Mas estas relações não estão de modo algum adstritas à mãe ou à família. No caso de crianças cujo suporte familiar seja problemático, e em particular se são objecto de medidas de protecção em contexto institucional, este imperativo torna-se responsabilidade das instituições que as acolhem. Em consequência, a criação de oportunidades para o estabelecimento, continuidade e alargamento das suas relações, numa perspectiva a longo prazo, e a modelação dos padrões de relação são atribuição e dever das instituições, devendo, por isso, informar os seus principais objectivos (Quinton & Rutter, 1988).

Se o acolhimento institucional cruza o itinerário de vida destas crianças e jovens, está com ele comprometido. Não pode, pois, reduzir-se a uma experiência pontual ou a um acaso isento de implicações, negando as ligações que sirvam de âncoras do presente e se projectem com consistência no futuro.

Na verdade, o que deve estar em causa não é a mimetização pelos profissionais e pelas instituições das relações parentais ou dos contextos familiares de vida. Pelo contrário, compete-lhes assumir a sua diferença, procurando desenvolver e potenciar recursos funcionalmente equivalentes àqueles normalmente disponibilizados nas famílias, suprimindo desta forma as necessidades desenvolvimentais dos menores sob sua responsabilidade. Compete-lhes ainda promover a formação de uma rede complexa e densa de pessoas, meios e actividades, geradora de uma multiplicidade de oportunidades para as crianças e jovens acolhidos (Ziehe, 1989).

É, pois, nossa íntima convicção que o acolhimento institucional pode e deve constituir uma resposta positiva, com potencialidades que importa dinamizar e potenciar.

Neste sentido, não deve ser um sector desvalorizado ou deprimido, um sistema de fim de linha, comprometido na imagem com o insucesso dos percursos de vida dos seus utentes. Admita-se o paralelo com outros homólogos: se o sistema judicial não se deixa deformar pelos problemas com que lida, respondendo a exigências sociais de legitimidade, rigor e competência, assim como o sistema de saúde não se deixa contaminar pela gravidade das situações que trata e pelo sofrimento inerente dos doentes, sujeitando a sua actuação a padrões de qualidade, de formação e especialização contínua, também o acolhimento institucional deve pautar a sua actuação pelo profissionalismo e qualificação, reformulando a sua imagem. Mais do que o crime, a doença ou o mau-trato, o que está em causa é o direito de acesso à Justiça, à Saúde e à Protecção Social.

De facto, o acolhimento institucional de crianças e jovens em risco deve ser entendido no quadro da promoção dos seus direitos, propício à emergência de uma ética da qualidade. A experiência da precariedade e a deficiência das condições de vida que, frequentemente, caracterizam os percursos dos menores em risco já não legitimam uma qualquer prestação, entendida como um privilégio

por comparação com a sua situação depreciada, nas palavras de um técnico “*tão má que mais lhe vale uma decisão menos boa do que nenhuma decisão*”... Face a padrões progressivamente mais elevados de exigência ética e profissional, entende-se que a criança, como qualquer outra pessoa, tem direito a um atendimento de qualidade que a dignifique e promova o seu desenvolvimento e bem-estar.

Os dispositivos institucionais para crianças e jovens em perigo participam desta necessária transformação de representações. O discurso de desvalorização que os envolve, extensivo aos seus profissionais, que tantas vezes o assumem e reproduzem, é um subproduto da perspectiva assistencialista sobre a prestação deste sector e o estatuto dos seus utentes. A profissionalização, a introdução de padrões de qualidade nos serviços prestados, o estudo das necessidades dos utentes de forma a adequar o perfil da sua actuação, a sistematização das intervenções, a introdução de mecanismos de avaliação e monitorização das práticas e resultados e a qualificação dos seus profissionais são medidas necessárias de uma reforma de mentalidades e de modos de acção neste domínio.

Referências bibliográficas

Bronfenbrenner, U. (2002). Preparing a World for the Infant in the Twenty- First Century: The Research Challenge. In J. Gomes-Pedro, J. Nugent, J. Young, & B. Brazelton (Eds.), The Infant and Family in the Twenty-First Century. New York: Brunner-Routledge.

Cyrulnik, B. (2000). Les Nourritures affectives. Paris: Odile Jacob.

Martins, P. (2001a). A avaliação como factor estruturante e promotor do desenvolvimento pessoal. Psicologia, Educação e Cultura, vol. V, nº 1, 63-70.

Martins, P. (2001b). Responsabilidade tutelar, parentalidades e equivalentes funcionais. Comunicação apresentada no 3º Congresso Europeu de Psicopatologia da Criança e do Adolescente, Lisboa.

- Martins, P. (2004). Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco. Representações, Espaços e Modos. Tese de doutoramento em Estudos da Criança, pela Universidade do Minho.
- Parker, R., Ward, H., Jackson, S., Aldgate, J., & Wedge, P. (1991). Looking After Children: Assessing Outcomes in Child Care. London: H.M.S.O.
- Quinton, D., & Rutter, M. (1988). Parenting Breakdown: the Making and Breaking of Intergenerational Links. Aldershot: Gower.
- Sá, E. (1995a). Más Maneiras de Sermos Bons Pais. Lisboa: Fim de Século.
- Sá, E. (1995b). Psicologia dos Pais e do Brincar (2ª edição). Lisboa: Fim de Século.
- Ziehe, T. (1989) Cultural Analysis: Youngsters, Education and Modernity. Stockholm: Norstedts Forlag.